

**DINHEIRO TEM!**

## ICMS de novembro confirma: podemos ter abono superior a 25%

**A** arrecadação do ICMS de novembro superou em R\$ 300 milhões o valor previsto pelo governo estadual. O último boletim do Fórum das Seis anunciou que até outubro já havia recurso adicional suficiente para um abono para as três universidades. Com o resultado de novembro, o ICMS atingirá, ao longo do ano, cerca de R\$ 27 bilhões, ainda que a anistia fiscal não tenha nenhum

efeito em dezembro.

Em relação ao valor previsto no orçamento (R\$ 26,2 bilhões) e que foi referência para o reajuste de maio de 2002, já há recursos adicionais para um abono da ordem de 35%.

Os recursos são também suficientes para garantir por um ano um aumento de, aproximadamente, 3% já. No entanto, o Cruesp reluta em sentar-se à mesa para negociar uma compensação salarial.

### **“Fuga” do Cruesp**

Se na reunião de negociação de outubro com o Cruesp, este tinha alguma base para alegar dúvidas quanto à arrecadação até o final do ano, agora isto é insustentável.

Diante deste quadro financeiro positivo, os Reitores estão fugindo de uma nova reunião de negociação proposta pelo Fórum das Seis. Isso demonstra que há claras intenções de privilegiar despesas não salariais.

Até o mês de setembro passado, as universidades contaram com uma média mensal de recursos para outras despesas (excluídas as folhas de pagamento) de R\$ 22 milhões. Em outubro, esse valor subiu para R\$ 43 milhões: 96% a mais. Em novembro, com os novos valores de arrecadação, esse valor poderá chegar a R\$ 130 milhões. Um aumento de cerca de 500%!

E para os salários até agora nada!

## CR da Adusp debate “precários”, CERT e salários com o Reitor

**E**m resposta a um convite do Conselho de Representantes da Adusp, para que comparecesse a uma reunião na sede da entidade, o reitor Adolpho Melfi dispôs-se a receber os conselheiros na Reitoria, o que veio a acontecer no dia 3/12.

Participaram também do encontro, pela Adusp, membros da diretoria e de grupos de trabalho. Pela Reitoria, os professores Celso Gomes, chefe do Gabinete, e Adilson Carvalho, titular da Codage, e o procurador-chefe João Alberto Del Nero, responsável pela Consultoria Jurídica.

### **A Cert e “desliga-liga”**

Ao receber do professor

Ciro Correia, presidente da Adusp, ofício que pede providências para que todos os docentes que se encontram por mais de 8 anos no regime de experimentação sejam considerados como em exercício permanente no regime de trabalho, o Reitor, de modo coerente com sua manifestação quando da audiência com a diretoria da Adusp em 13/03/02 (*Informativo Adusp* 113), demonstrou preocupação quanto ao fato de ainda não terem sido resolvidos todos os casos nos quais a CERT se valeu do expediente de desligar e em seguida religar docentes nos seus respectivos regimes de trabalho, de forma a estender de modo acético e

irregular a permanência de colegas nossos para além de 8 anos no regime de experimentação.

“Na verdade, esse período já não deveria exceder os 6 anos previstos nos regulamentos”, “achamos que esses casos já haviam sido resolvidos”, disse o Reitor, que se comprometeu a voltar a conversar com a CERT a respeito. Manifestou ainda a expectativa de que, com a definição da nova CPA, que estará na pauta da próxima reunião do Conselho Universitário, esses problemas com a CERT não mais tenham espaço para ocorrer.

Anexada ao ofício encontrava-se uma relação de docentes nessa situação, para

os quais aguardamos retorno da Reitoria a respeito da respectiva regularização. Os docentes que não mandaram seus dados, e portanto não foram contemplados nessa ocasião, ainda terão oportunidade de fazê-lo. A diretoria da Adusp deverá enviar novo ofício, com os nomes daqueles que atenderem à nova chamada e enviarem seus dados até o dia 17/12 (**leia quadro na página 6**).

### **“Precários”**

Em relação à permanência de contratos precários via processo seletivo, o Reitor insistiu que “as unidades podem decidir se querem contratar por concurso público ou processo

# Reitoria ignora protesto contra a violência sexual no campus

Folga orçamentária permite ampliação da Guarda Universitária

No dia 4/12, um grupo de cerca de 300 pessoas reuniu-se em frente à Reitoria da USP para protestar contra a falta de segurança na Cidade Universitária e os recentes casos de estupro ocorridos no campus e sua imediações.

A 3ª Delegacia dos Direitos da Mulher confirma sete casos, entre eles, dois ocorridos dentro dos portões da Cidade Universitária. O local mais perigoso é a ponte Cidade Universitária e o portão de pedestres que dá acesso a ela. Nessa região foram registrados quatro casos.

Estiveram presentes ao protesto representantes da Adusp, da APG, do DCE, do Sintusp e da Sempre-Viva Organização Feminista (SOF). Foi montada uma comissão que pretendia se reunir com o Reitor e apresentar-lhe uma série de reivindicações, mas o encontro não ocorreu.

De acordo com o Jornal do Campus de 5/12, a assessoria de imprensa da Reitoria informou que o reitor Adolpho Melfi só se pronunciará quando “houver novas infor-



fac-símile do Jornal do Campus

mações factuais sobre os casos”. O DCE está preparando um ofício a ser enviado à Reitoria, uma vez que a comissão não foi recebida.

Na comunidade universitária existe a expectativa de que, sempre que houver situação de risco, os vigilantes das unidades possam acompanhar até local seguro professoras, servidoras e alunas em deslocamento.

## Reivindicações

As principais reivindicações levantadas no ato de 4/12 são as seguintes:

- Ampliação da Guarda Universitária.
- Contratação de guardas efetivos, ao invés de empresas que intermediam mão-de-obra.

- Treinamento adequado para uma segurança comunitária.
- Ampliação do número de ônibus circulares, para diminuir o tempo de espera nos pontos.
- Corte na grama do campus e melhoria na iluminação.
- Divulgação precisa e imediata dos casos, sem abafá-los, para prevenção

da comunidade.

É importante observar que a USP, no último ano, consumiu apenas 79% do seu orçamento com pessoal (enquanto as outras estaduais consomem cerca de 90%). Portanto, há uma folga orçamentária que possibilita a contratação de guardas concursados, que possuam vínculo direto com a comunidade USP.

A responsabilidade de treinar adequadamente a segurança passaria assim para a universidade, não bastando apenas assinar um cheque para uma empresa que oferece mão-de-obra terceirizada, sem qualquer vínculo com a instituição.

## Fundações privadas e cursos pagos: Adusp instrui o MP

Face ao procedimento administrativo em curso no Ministério Público Estadual iniciado por representação feita em 18/11/2002 pelo professor Marcio Augeli, da Unesp, quanto a irregularidades relacionadas à atuação das fundações privadas e à cobrança de cursos na USP (PJC-CAP: 02/722, Prot PJ: 5832/02), foi realizada audiência do presidente e da assessoria jurídica da Adusp com o promotor de justiça da Vara da Cidadania, Silvio Antônio Marques.

O promotor solicitou que a Adusp fornecesse informações sobre o tema, uma vez que grande parte do material que fundamenta a representação corresponde às publicações da Adusp.

A diretoria da entidade decidiu, então, encaminhar suas próprias razões ao Ministério Público, com o objetivo de melhor instruir o procedimento administrativo em curso e solicitar a instauração de Inquérito Civil Público para apuração dos fatos descritos relativos à cobrança de cursos e atuação de fundações privadas na USP.

A íntegra do documento protocolado (nº 006229, de 06/12/2002) está disponível na página do jurídico no site da entidade ([www.adusp.org.br/juris/representa.htm](http://www.adusp.org.br/juris/representa.htm)).



## Posse dos membros do CR em Ribeirão Preto

O presidente da Adusp, professor Ciro Correia, deu posse, no dia 2/12, em Ribeirão Preto, aos novos membros do Conselho de Representantes da Adusp, eleitos nos dias 13 e 14/11. Na ocasião houve interessante debate, principalmente em torno da campanha de filiação lançada pela Diretoria da Adusp.

A seguir, os novos representantes das unidades de Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem (EERP), professor Luiz Jorge Pedrão (titular)

e professora Flávia Azevedo Gomes (suplente); Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCFRP), professora Carem Gledes Rechia (titular) e professor Fernando Batista da Costa (suplente); Faculdade de Medicina (FMRP), professores Benedito Honório Machado (titular) e Antonio Carlos Duarte de Carvalho (suplente); Faculdade de Odontologia (FORP), professora Maria José Alves da Rocha (titular) e professor Plauto C. Aranha Watanabe (suplente).

# Contratos precários são ilegais e injustos

**A** Adusp tem defendido, de forma insistente, que contratações de docentes sejam feitas exclusivamente por concurso público, como previsto na Constituição Federal. Contratos precários são ilegais e injustos causando, com frequência, prejuízos pessoais e institucionais irreparáveis.

Não é aceitável que a USP continue mantendo a prática de contratos precários: diante da constituição em vigor e das recentes decisões do TST a esse respeito (vide *Informativo Adusp* nº 130), ninguém pode argumentar ignorância sobre a ilegalidade dessa situação, nem sobre as suas graves consequências. Vale a pena lembrar a origem dessas irregularidades.

A situação caótica da administração pública brasileira levou os constituintes de 1988 a preverem a estabilização de todos os funcionários públicos com cinco anos de exercício. Entretanto, face à luta do movimento docente nacional para que o ingresso na carreira fosse feito apenas por concurso público, posição sempre defendida pelo Andes, o Congresso acabou por excluir os professores universitários daquela cláusula de estabilização no texto consti-

tucional. Ao mesmo tempo, a Constituição Federal passou a exigir que a União, os Estados e Municípios instituissem Regimes Jurídicos Únicos para contratação de seus servidores.

Nacionalmente, não foi elaborada lei alguma para resolver a questão dos docentes universitários não efetivados. E o Estado de São Paulo não fez seu RJU! Com a omissão da União, no que diz respeito à lei referente aos docentes universitários, e da administração paulista, quanto ao RJU, as administrações das universidades seguiram o exemplo: nada fizeram.

Em 1998 uma emenda alterou a Constituição de 1988. A exigência do RJU caiu e os Estados ficaram mais livres para organizar os regimes jurídicos de seus servidores. Entretanto, de lá para cá, nada foi feito.

## Efeito "carcará"

Na gestão Marcovitch foram realizados alguns concursos de efetivação, com base em uma garantia que a Reitoria dava de manter os contratos, caso um precário não vencesse um concurso. Se isso minorou o problema, criou outro. Ao fazerem os concursos, vários colegas

viram o tempo de trabalho necessário para ter o direito de aposentadoria aumentado em decorrência da emenda constitucional 20/1998!

A situação poderia ser traduzida assim: "A Reitoria da USP usou a prática ilegal de contratos precários durante anos; para corrigir esse erro o docente, vítima da ilegalidade, tem duas opções:

1) continuar como precário e se aposentar, caso não tenha o azar de ter seu contrato não renovado, no prazo estipulado;

2) após a emenda 20 de 1998, caso opte pelo concurso, se aprovado, tornar-se-á efetivo mas, como "castigo", poderá vir a ter que trabalhar alguns anos adicionais até re-adquirir o direito de aposentadoria". Essa é a versão administrativa do "se ficar o bicho come, se correr o bicho pega" na Reitoria da USP.

Na ocasião, a Adusp havia aprovado em suas instâncias deliberativas, CR e Assembleia, a reivindicação de uma "perenização" dos contratos precários e novas contratações, a partir de então, apenas nos moldes legais. A Reitoria ignorou essa reivindicação, que poderia ser satisfeita, por exemplo, por uma lei estadu-

al; preferiu a portaria "se ficar o bicho come..." e continuar com a prática dos contratos precários ilegais.

## Dificuldades

A Adusp, seguindo suas decisões de Conselho e Assembleia, vai continuar lutando para que se ponha fim à atual situação, que tem causado danos pessoais e institucionais de grande monta.

A diretoria da Adusp sabe que a situação é difícil, dados os vínculos que deve satisfazer, a saber: contratos na universidade só por concurso público, como rege a Constituição Federal e como reivindica o movimento docente; há uma situação de ilegalidade que atinge boa parte dos docentes desta universidade e que precisa ser resolvida sem causar danos pessoais ou institucionais; qualquer concurso público deve ser aberto a todos, sem nenhuma restrição.

Note-se que nem sempre esses vínculos poderão ser satisfeitos ao mesmo tempo, o que cria dificuldades para a diretoria encaminhar os vários casos concretos que têm chegado até ela. Assim, precisamos de uma clara posição do corpo docente sobre essa questão. Esperamos que ela seja discutida nas unidades.

## Adusp entra em recesso no final do ano

*Entre os dias 24/12/2002 e 1º/01/2003 a Adusp estará em recesso, retomando suas atividades normalmente no dia 2 de janeiro.*

- Neste período, os telefones da Adusp estarão ligados a uma secretária eletrônica, portanto é possível deixar mensagens que serão respondidas a partir do dia 2.

- O plantão jurídico funcionará normalmente durante todo o mês de janeiro. A Adusp deseja a todos os colegas um feliz Natal e um próspero Ano Novo.

# Workshop de 27/11, vitória da escola pública

Fotos: Daniel Garcia

**R**euniu público superior a 130 pessoas, entre professores e estudantes de graduação e pós-graduação, e chamou a atenção da imprensa, o *workshop* sobre cursos pagos realizado no dia 27/11, no auditório Abrahão de Moraes, do Instituto de Física. No plenário, destacava-se a presença de um numeroso grupo de professores ligados às fundações privadas “de apoio”. O encontro foi coordenado pela professora Suely Vilela, pró-reitora de Pós-Graduação, e contou também com a participação, na parte da manhã, do professor Adilson Avansi, pró-reitor de Cultura e Extensão.

A oficina teve início com a apresentação detalhada do relatório preparado pela Comissão dos Cursos de Especialização, criada no âmbito do Conselho de Pós-Graduação e coordenada pela professora Zélia Maria Biasoli Alves (FFCLRP). O relatório, cuja divulgação foi antecipada em linhas gerais pelo *Informativo Adusp* 127, contém um diagnóstico esclarecedor.

A professora Zélia informou que existem 65 cursos de pós-graduação *lato sensu* em atividade na USP, dos quais 49 são pagos (há outros 18 cursos de especialização em atividade, mas migraram para a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão). O maior número de cursos pagos, 19 (com 1.143 alunos), pertence à FEA.

Ela destacou que a partir de 1996 deu-se forte crescimento na aprovação desse tipo de cursos pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação: desde então, foram criados 75 deles, dos quais 43 ainda em atividade. O relatório menciona os preços dos cursos, que em alguns casos chegam a R\$ 30.000,00.

A professora Zélia confirmou serem 1270 os professores envolvidos com esses cursos na USP. O relatório menciona que somente 690

deles (54%) são docentes da USP. Assim, 580 professores (46%) que ministram aulas nos cursos de especialização da USP não pertencem ao seu corpo docente.

O diagnóstico apresentado também sugere a possibilidade de nexos entre a existência desses cursos e avaliações desfavoráveis da Capes relativamente aos cursos *stricto sensu* mantidos pelas mesmas unidades.

## Novas normas

Em seguida, o professor Adilson Avansi, pró-reitor de Cultura e Extensão, prestou uma série de esclarecimentos sobre as novas normas vigentes para essa área. “Quero chamar atenção para o que foi definido já no Regimento de 2002, aprovado pelo Conselho Universitário: no artigo quarto, nós temos uma imposição: a cultura e extensão universitária compreendem as seguintes atividades, de acordo com os critérios definidos neste Regimento: I. formação profissional e educação continuada; a) curso de especialização”.

O pró-reitor também fez questão de destacar o artigo sétimo da Resolução 3878 do CoCEX, de 1991: “poderão ser cobradas taxas referentes aos cursos objetos desta Resolução”.

Os depoimentos seguintes foram enfiados pela programação da oficina como “experiências”. O primeiro a falar foi o professor Décio Zylbersztajn, da FEA, que apresentou os cursos pagos promovidos pela unidade e defendeu a sua realização. “Não há relação causal entre cursos de extensão e avaliação Capes”, disse o professor em resposta ao relatório apresentado pela Comissão de Cursos de Especialização.

O professor Zylbersztajn causou surpresa no público quando, após criticar as limitações da avaliação da Capes, mencionou que, de qualquer modo, tal avaliação “afetou também nossos



Pró-reitora de Pós-Graduação coordenou o debate



Professora Zélia



Professor Ciro

concorrentes”, numa referência a outras instituições que oferecem cursos de especialização pagos. Logo em seguida, acrescentou: “Vamos continuar competindo com universidades públicas e privadas”.

A professora Inge Trindade, do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC), informou que a unidade promoveu 13 cursos em 2002, com 134 alunos, e que são cobradas inscrições de 50 reais, mas não mensalidades. “De onde vem o dinheiro?”, indagou a professora, para responder em seguida: da inscrição, do Fideps (bônus destinado pelo SUS aos hospitais universitários) e do programa de educação em serviço. “Nossos cursos têm muito mais o caráter de residência do que de especialização”, enfatizou a professora.

Último a falar durante a manhã, o professor José Gomes Arêas, presidente da Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Saúde Pública, fez uma detalhada exposição dos cursos pagos da unidade. Como os dois colegas que o antecederam, o professor Arêas considerou positiva a realização desse tipo de curso.

## Falam as entidades

À tarde, retomados os trabalhos, o professor Ciro Correia, presidente da Adusp, fez a primeira intervenção, destacando o fato de que o Estado de São Paulo investe apenas 0,3% do seu PIB em ensino superior, quando deveria investir no mínimo 1% na graduação, e de que mais de 80% da demanda são atendidos por escolas privadas.

O professor deu ênfase ao princípio da gratuidade no ensino público em estabelecimentos oficiais, assegurado pelo artigo 206 da Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Também realçou o fato, nem sempre citado, de que as fundações privadas não são instituições de ensino superior, portanto não podem ministrar cursos de ensino superior: o artigo 45 da LDB reza que a educação superior “será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas”. Caso um curso cuja responsabilidade legal, por força de convênio, seja da USP, ainda que administrado por uma fundação privada, nem por isso deixa de ser da USP, portanto necessariamente terá de ser gratuito.

“Nossa economia tem capacidade para sustentar o ensino superior de forma muito mais ampla. Fica a pergunta: por quê a gente não cumpre esse papel?” De acordo com o professor, “é isso que nós temos que fazer antes de buscar formas outras de financiamento, que muitas vezes carecem de legitimidade acadêmica, e muitas vezes têm também muito mais uma vocação de resolver problemas de interesses pessoais, ou de necessidades pessoais, que dizem respeito a complementação salarial, ou de atender a interesses da sociedade que têm poder econômico para se apropriar de um determinado setor da universidade pública em seu benefício próprio”.

O presidente da Adusp defendeu uma ampla discussão “daquilo que é ou não é permitido nessa universidade em termos de complementação salarial, e basta uma análise dos números que foram publicados nas revistas da Adusp para ver que dificilmente é possível enquadrar aquilo que hoje, em muitos setores da universidade, os docentes recebem como complementação, entre aspas, no princípio da moralidade, porque muitas vezes essa complementação é uma, duas, três, quatro, cinco vezes o salário em RDIDP desse docente”.

O representante da APG, Gilberto Cunha Franca, destacou a luta dos pós-graduandos e de diversos professores no CoPGr para bloquear a aprovação de novos cursos pagos: “Faz um ano que nenhum curso pago é aprovado nesta universidade pública”. Ele saudou a possibilidade aberta pela realização da oficina, pouco usual, uma vez que a estrutura da USP é “quase monárquica”.

“Ao contrário do que foi dito pelo professor da FEA, que os cursos foram montados e aprovados com total transparência, não foi isso que nós vimos. Foi justamente em função da ausência de planilhas, cobrada pelo próprio professor que fazia parte da comissão curricular, que pedimos vista no processo e apresentamos um



Professora Trindade (1ª à esquerda) e professores Arêas (3º) e Zylbersztajn (4º)

parecer contrário”, disse, referindo-se à iniciativa que resultou na suspensão da aprovação de novos cursos pagos no CoPGr.

“A relação com outras universidades deveria ser de cooperação e de solidariedade”, declarou o representante da APG, criticando a ênfase dada pelo professor Zylbersztajn à competição.

Gabriel Vicente França, estudante da Faculdade de Educação, representante do DCE, fez uma análise da educação no Brasil, encaixando os cursos pagos dentro do projeto político dos governos FHC e Covas-Alekmin, que trata a educação como mercadoria, tendo como objetivo principal ou único preparar os estudantes para as necessidades do mercado de trabalho.

### Debate “quente”

A partir das 15h30, teve início o debate, com intensa participação do plenário. Quando a FEA começou a ser citada repetidamente nas intervenções de estudantes, como unidade que concentra o maior número de cursos pagos, e os mais caros da USP, a discussão teve alguns momentos de rispidez. A maior parte dos docentes presentes era precisamente dessa unidade.

A professora Maria Teresa Fleury, diretora da FEA, e o professor Eliseu Martins, ex-diretor, entrevistaram no de-

bate em defesa da realização dos cursos pagos. Também compareceram os professores Cláudio Felisoni, presidente da Fundação Instituto de Administração (FIA), e Iran Siqueira, presidente da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), entre outros.

O estudante Pedro Barros, da FEA, comentou, no decorrer do debate, nunca ter visto tantos professores da instituição presentes em um evento da USP, mencionando que diversas reuniões da Congregação (na qual foi representante discente) não se realizavam por falta de quórum. Um professor da unidade contestou essa informação.

A professora Zélia Alves, fazendo a ressalva de que falava em seu próprio nome e não como integrante da Comissão de Cursos de Especialização, manifestou concordância com as palavras do presidente da Adusp, e criticou duramente o desrespeito às normas públicas: “Na verdade, o que me assusta, e muito, dentro de uma universidade como a USP, onde os princípios estão muito bem estabelecidos, é ver que quem está nos dando um grande ‘puxão de orelha’ são as gerações mais novas. São os estudantes que estão aqui para dizer para nós que os princípios estão colocados,

e que não estamos seguindo estes princípios. Que a lei existe, e que nós, adultos, estamos dando jeitinho de não cumprir essa lei”.

Ao encerrar o comentário sobre os cursos pagos, a professora recebeu aplausos de uma parte do plenário: “O que assusta de fato é que dentro dessa instituição, que é carro-chefe, nós estejamos dando chance de que aconteça esse tipo de coisas que, do ponto de vista da educação das gerações mais novas, é um desserviço”.

A professora Elizabeth Farina, da FEA e da Comissão de Cursos de Especialização, disse sentir-se frustrada com os rumos do *workshop*, por haver perdido o dia naquele debate ideológico que nada havia decidido, ao que a própria Pró-Reitora de Pós-Graduação respondeu, lembrando que aquele havia sido um primeiro debate de muitos que deviam ainda acontecer que o se esperava justamente que fosse um debate político.

Ao final do encontro, a pró-reitora de Pós-Graduação concedeu entrevista aos jornalistas, declarando que continuará suspensa a aprovação de novos cursos pagos de pós-graduação *lato sensu* até que haja uma definição do assunto, provavelmente no primeiro semestre de 2003. Para tanto, haverá debates em todas as unidades da USP.

# Ampliado prazo para enviar dados à Adusp

A Adusp entregou ao Reitor uma relação de nomes de 12 docentes que haviam sido desligados e religados ao RDIDP na mesma data, e que assim cumpriram um período experimental superior aos oito anos (seis anos renováveis por mais dois) previsto no regimento da USP.

Face à sensibilidade demonstrada pelo Reitor no sentido de solucionar esses problemas, a Adusp decidiu ampliar até 17/12 o prazo para coletar os dados dos docentes que nesta situação se encontram. Assim, se este é o seu caso e você ainda não enviou seus dados à Adusp, você poderá fazê-lo por formulário

eletrônico disponível no site da Adusp (<http://www.adusp.org.br/cert/lista>) ou pelos telefones 3091-4465 e 3091-4466. Os dados necessários são os seguintes:

- Nome e unidade
- Data de ingresso na USP
- Data de ingresso no RDIDP
- Data em que houve o desligamento e em seguida o religamento
- Se concursado(a), data da nomeação, especificando o regime de trabalho.

A diretoria da Adusp deverá encaminhar no dia 18/12 uma listagem complementar àquela já entregue em 3/12 ao reitor.

continuação da matéria de capa

## CR da Adusp debate “precários”, CERT e salários com o Reitor

seletivo”. Apresentamos nossa reivindicação de que não mais sejam contratados docentes por processos seletivos, e sim exclusivamente por concurso público, para evitar todas as situações irregulares e danosas (seja para a USP, seja para os docentes) que essa situação acarreta; e que haja garantia de manutenção dos contratos quando um docente “precário” colocar sua vaga em disputa em um concurso público, como a administração da universidade chegou a fazer em outros momentos.

O professor Melfi afirmou que a administração está estudando reabrir concursos para todos os “precários” que tenham já um certo tempo de casa, e que, tão logo os levantamentos que estão em andamento estejam concluídos, a comunidade deverá ser informada a respeito.

Cabe lembrar que em iniciativas anteriores foram também garantidas vagas a todos os portadores do título de livre-docente, independen-

temente do tempo de casa, e que essa possibilidade deveria novamente ser considerada.

Diante das muitas intervenções quanto à ilegalidade dos contratos “precários” frente às recentes decisões do Tribunal Superior do Trabalho (vide *Informativo Adusp* 130), o professor Del Nero se pronunciou no sentido de que, para a CJ, esses contratos “não são ilegais”.

Os representantes da Adusp contestaram essa interpretação, destacando a diferença de hierarquia entre a CJ e o TST. Vários dos presentes insistiram na importância de que a universidade como um todo debata essa questão, em particular diante do fato que, se por um lado pesam questionamentos quanto à legitimidade dos processos seletivos, por outro lado não há nenhum questionamento da previsão constitucional do concurso público para contratações na esfera pública.

Por fim, o Reitor propôs encaminhar para todas as unidades ofício solicitando

que se inicie a discussão a respeito da forma que deve se dar o ingresso na universidade: se via processo seletivo ou concurso público. Essa iniciativa foi considerada um avanço, esperando-se que possa levar a universidade como um todo a, num momento seguinte, definir sua posição a respeito.

### Salários

Os membros do CR expuseram as dificuldades que temos sofrido por conta da corrosão inflacionária. Foi também tratada a questão da atual disponibilidade de caixa em função do aumento da arrecadação e dos recursos extraordinários oriundos da anistia fiscal concedida pelo governo. O Reitor e o professor Carvalho argumentaram que não era possível comprometer-se, no momento, com quaisquer propostas de reajuste ou abono, face às supostas limitações orçamentárias da Unesp e Unicamp.

Insistimos que nossa reivindicação ali era de que a Reitoria da USP, enquanto

parte do Cruesp, apoiasse a solicitação do Fórum das Seis no sentido de termos ainda neste mês nova rodada de negociação com o Cruesp, além de apoiar minimamente a proposta de que os recursos extraordinários já no caixa das universidades fossem também utilizados para aliviar nossas dificuldades salariais e não somente as contas atinentes ao custeio de nossas instituições.

A reunião encerrou-se após duas horas de conversa, notando-se, novamente, disposição da Reitoria de discutir nossas posições e reivindicações e também de dar a elas algum encaminhamento, como no caso dos problemas com a CERT e dos procedimentos que realimentam a existência de “precários”. Esperamos que essas considerações tenham conseqüências práticas e que possamos continuar a avançar nessas e nas demais questões que têm estado em pauta na universidade.